

Reposicionamento regional brasileiro pós-Segunda Guerra: um reflexo dos interesses políticos e das possibilidades internacionais (1930-1945)¹

Lorençato, Renan Vallini²

Resumo

O objetivo deste estudo é analisar como a política externa brasileira promovida pelo governo do presidente Getúlio Vargas durante o período de 1930 a 1945, frente aos processos domésticos, regionais e internacionais, foi marcada por uma estratégia de desenvolvimento econômico de tal forma que o Brasil fosse modernizado e conquistasse um melhor posicionamento na política regional internacional ao final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). O método de procedimento será o histórico, uma vez que se pretende investigar os acontecimentos, estruturas e processos no tocante do governo brasileiro. É nesse intuito que este trabalho se organiza de forma a apresentar as visões do governo Vargas sobre o projeto de desenvolvimento nacional, a segurança nacional, a política externa brasileira e o contexto regional. Por fim, para compreender essas percepções explicar-se-á os interesses do presidente Getúlio Vargas, das Forças Armadas Brasileiras, do ministro de Relações Exteriores Oswaldo Aranha, bem como a pertinência dada aos Estados Unidos, Alemanha, Argentina e a Segunda Guerra Mundial.

Palavras-chave: Política Externa Brasileira. Governo Vargas. Projeto Nacional. Segurança Nacional.

Abstract:

This study has the objective to analyze how Vargas' government foreign policy promoted from 1930 to 1945, which the process in national, regional and international levels, was marked by a development strategy that permitted Brazil to become modern and conquer a better position in international relations politics at the end of World War II (1939-1945). The

¹ Artigo apresentado ao Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (IERI UFU) como parte das exigências para a obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Sandra Aparecida Cardozo.

² Discente do curso de Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

procedure method used will be historical, since it is intended to investigate the events, structures and process regarding this Brazilian government. It is for this purpose that this work is organized in order to present the visions of the Vargas government on national development project, national security, Brazilian foreign policy and the regional context. Finally, to understand these perceptions, the interests of the president, of Brazilian Armed Forces and of the chancellor Oswaldo Aranha will be explained, as well as the pertinence given to United States, Germany, Argentina and World War.

Keywords: Brazilian Foreign Policy. Vargas government. National Project. National security.

1. Introdução

Na história do Brasil, a Era Vargas (1930-1945) é consagrada como um período histórico decisivo em razão das acentuadas transformações econômicas e políticas, ocorridas em um quadro de intensa instabilidade institucional e também internacional. Em seu primeiro governo, o presidente Getúlio Vargas contou com diferentes instrumentos para beneficiar o seu projeto de desenvolvimento e de industrialização para o Brasil, além de desenhar um pensamento geopolítico de segurança e de defesa nacional em coerência de pensamento e ação com as forças militares (MOURA, 1980; REISDOERFER e SARTI, 2017).

Assim, a política externa brasileira do governo Getúlio Vargas, orientada por uma nova percepção de interesse nacional prestigiada pelos detentores do poder, buscou formas de cooperação e barganha para conformizar as necessidades internas com as possibilidades externas, isto é, a concepção brasileira de sua inserção no sistema internacional. Em outros termos, a política externa brasileira, mesmo que condicionada por estruturas e processos políticos domésticos e internacionais, vinculou-se aos objetivos da transformação interna e redefinição de seu lugar no sistema regional internacional (CERVO e BUENO, 2008; OLIVEIRA, 2005).

Deduz-se, assim, que a política externa do presidente Vargas não pode ser desarticulada com a conjuntura da Segunda Guerra Mundial. Dentro desta perspectiva, os anos preparatórios para a conflagração internacional e de acirramento das disputas entre os Estados Unidos e a Alemanha por áreas de influência proporcionaram ao governo brasileiro a realização de seu projeto nacional (D'ARAÚJO, 2000; PAVANELLI, 2013). Ao mesmo

tempo, apesar das alusivas referências ao jogo duplo do presidente Getúlio Vargas com os Estados Unidos e com a Alemanha, qualificado por Gerson Moura de equidistância pragmática, questiona-se como as interpretações da conjuntura regional internacional, que os formuladores da política externa brasileira expressavam, influenciaram os posicionamentos de alinhamento com os Estados Unidos e de rompimento de relações com o Eixo em 1942.

De perspectiva complementar, essa conjuntura internacional conflituosa entre os blocos de poder prosperou também nas necessidades do Exército brasileiro para a segurança nacional por meio da mesma política comercial. Todavia, a atuação política das Forças Armadas no processo decisório do governo foi desempenhada a partir da imagem concebida pelos próprios militares do ambiente regional e internacional. Ressalta-se, dentro desse pressuposto de segurança, a organização da defesa nacional brasileira e suas projeções na região, decorrentes da hipótese de confronto com a Argentina (D'ARAÚJO, 2000; PAVANELLI, 2013; SILVEIRA, 1996).

Sendo assim, dentre os aspectos abordados nessa contextualização, o objetivo dessa pesquisa consiste em compreender como a estrutura e o processo de decisão do governo do presidente Getúlio Vargas conduziu a um melhor posicionamento brasileiro na ordem regional internacional tornando o Brasil uma força econômica, militar e política na América do Sul no pós- Segunda Guerra. Para tal, o estudo será realizado por meio da análise da organização do processo de decisão de política exterior e como os interesses políticos, os objetivos externos e a conduta diplomática foram articuladas pensando no horizonte apresentado.

Além desta introdução, o trabalho será organizado de modo a apresentar primeiramente uma revisão da política desenvolvimentista e da política externa brasileira durante o primeiro governo de Getúlio Vargas, seguida por uma segunda seção na qual serão apresentadas as linhas de harmonização das necessidades domésticas com as possibilidades internacionais. Após, na terceira seção, o estudo perpassa por algumas questões do processo decisório da política externa do governo Vargas. Por fim seguem a quarta seção sobre o contexto regional e seus reflexos diplomáticos, e algumas considerações finais.

2. A política desenvolvimentista e da política externa durante a Era Vargas (1930-1945)

A Primeira República Brasileira (1889 a 1930) foi inábil na promoção de uma ação econômica nacional próspera. Juntamente, o poder federal tornou-se fraco frente às unidades nacionais mais poderosas, como Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo, corroborando para um sistema que privilegiava as regiões mais desenvolvidas e se desinteressava pelos problemas nacionais. Ao mesmo tempo, a glória econômica de São Paulo e do sul do país apontava que no Brasil existiam elementos e recursos para conduzir com sucesso projetos ambiciosos para o Estado brasileiro (CLAVAL, 2004).

O tempo era de modernização e o Brasil de 1930 tinha que se transformar verdadeiramente. Assim, o objetivo comum dos brasileiros identificado por Claval (2004, p. 192) “era o de promover o desenvolvimento econômico, de forma a que o Brasil se tornasse uma grande potência”. Logo foi necessário uma reflexão geopolítica para indicar as novas estratégias econômicas para o Brasil passando pelo povoamento do país, pelo desenvolvimento dos equipamentos e pela criação de capacidades produtivas (CLAVAL, 2004).

A ascensão do presidente Getúlio Vargas ao poder em outubro de 1930 significou uma mudança na política do Brasil, já que para Claval (2004) a centralização das deliberações políticas, econômicas e administrativas em tempo algum no país tinha sido tão categóricas. Getúlio Vargas concebia o Brasil como uma potência econômica e militar fraca antes do início da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), porém o presidente tinha plena consciência do instrumental econômico que usaria para “fortalecer o próprio regime e consolidar as novas estruturas de poder no Brasil, de modo a levar o país a se tornar uma força importante na economia e na política da região” (LOCHERY, 2015, p. 12).

Durante a Era Vargas (1930-1945) o Estado brasileiro conduziu a consolidação de uma indústria de base e passou a ser o promotor da modernização econômica, dessa forma, a industrialização nacional se fez pensamento preponderante na representação política, nas ações estatais e na articulação com a sociedade e com o modelo de inserção internacional. Ademais, o investimento representativo em atividades estratégicas era entendido como uma

forma de assegurar a soberania do Brasil, ou seja, tornou-se uma questão de segurança nacional (CERVO, 2009; PANDOLFI, 1999).

O presidente Getúlio Vargas buscava em seus discursos associar à superação da miséria e a consolidação da unidade nacional ao desenvolvimento econômico, assegurando conseqüentemente a unidade almejada, já que para ele a nação brasileira apresentava-se como algo não consolidado, sendo responsabilidade do Estado a sua refundação. Dessarte, os anos 1930 trouxeram para o cenário político nacional políticas de caráter intervencionista e regulador, iluminadas por pensamentos nacionalistas e desenvolvimentistas compartilhados por diferentes forças da sociedade brasileira (CERVO, 2009; LEOPOLDI, 1999).

Sendo assim, o desenvolvimento nacional e o Estado brasileiro forte estariam relacionados à questão da independência nacional, uma vez que seria possível afastar a ingerência de agentes externos nos interesses nacionais brasileiros. Como resultado da unidade política (no plano doméstico) e da disputada por área de influências entre os Estados Unidos e a Alemanha (no plano externo), o projeto nacional do governo Vargas teve sua oportunidade de efetivação. A escolha de Getúlio Vargas pela industrialização verificou-se como uma forma de fortalecer a economia nacional por meio da diversificação e de romper com o modelo agrário exportador até então convencional. Por isso, para ele, a tarefa do governo federal era, acima de tudo, com o desenvolvimento, o que levou o seu projeto político a ser conhecido como nacional desenvolvimentista (CORSI, 2000; CERVO, 2009).

Desse modo, as políticas econômicas do presidente Getúlio Vargas entre os anos 1930 e 1945 foram uma fusão de três aspectos: resposta governamental aos constrangimentos internacionais, reação às pressões da classe empresarial em ascensão e a capacidade de decisão do governo central (LEOPOLDI, 1999).

Alguns elementos caracterizaram a mudança de modelo de inserção internacional que se operava desde 1930: a) a inconveniência de prolongar o modelo anterior de agro exportação, que na década de 1920 cultivava o prestígio externo e procurava manter o crédito na praça de Londres e que fora objeto de críticas por parte do movimento tenentista, de intelectuais e do meio político; b) a consciência que a crise do capitalismo despertou de se estar vivenciando uma fase de transição que permitia que o desenvolvimento fosse convertido em objetivo-síntese da política exterior; c) a convicção de se poder utilizar a diplomacia para alcançar resultados, a exemplo dos países do centro, então guiados pela introspecção estratégica e econômica; d) a descoberta das condições de eficiência de uma diplomacia voltada para o desenvolvimento: autonomia decisória, ação cooperativa, comércio exterior flexível sem amarras doutrinárias, subordinação da segurança aos fins

econômicos e a concomitância de boas relações com os grandes e os vizinhos (CERVO, 2008, p.44-45).

A compreensão de novas orientações para a economia nacional e a preferência por políticas mais coerentes para o desenvolvimento foram assistidas doravante em 1935, época na qual a disputa entre as potências imperialistas se intensificaram e as mudanças econômicas e sociais em curso na sociedade brasileira foram mais evidentes. Concomitantemente, a conjuntura internacional agravou-se rapidamente com a política armamentista de Hitler e seu esforço em redefinir a posição da Alemanha no sistema internacional. Por consequência, a América Latina foi objeto de competição entre os Estados Unidos e a Alemanha (CORSI, 2012).

A política comercial internacional praticada pelo Estado brasileiro indicou, por exemplo, a intensidade dessa mudança em atividade: o governo de Getúlio Vargas com a intenção de aumentar a competição interna e o seu poder de barganha internacional tirou vantagem da competição por hegemonias. Por exemplo, o Brasil manteve seu comércio liberal com os Estados Unidos e o seu comércio compensado com a Alemanha e a Itália (CERVO, 2008).

No entanto, é necessário conciliar as determinações estruturais, aquelas que definem o campo de ação dos agentes decisores, com as determinações conjunturais, aquelas provocadas pela decisão e ação dos *policy-makers*. Desse modo, o presidente Getúlio Vargas teria adotado uma política externa mais independente entre 1935 a 1945 já que a mesma não pode ser considerada um simples imperativo das decisões dos centros hegemônicos nem das decisões exclusivamente domésticas (MOURA, 1980).

A instauração de uma indústria siderúrgica moderna e de grande porte foi considerada decisiva para o desenvolvimento e a segurança nacional. As metas da promoção da industrialização brasileira eram o desenvolvimento da indústria de base, da infraestrutura e a modernização das Forças Armadas, como destacado num trecho do relatório do Ministério da Fazenda de janeiro de 1939 (GV 39,01,09 – Documento 04 *apud* CORSI, 2012, p.232): “A ideia central do governo consiste em promover a criação das chamadas indústrias de base, a execução de obras públicas produtivas e o aparelhamento da defesa nacional de maneira a não afetar o resultado expresso no saldo positivo do orçamento do corrente exercício” (CORSI, 2012).

Todavia, o projeto nacional do presidente Getúlio Vargas deparou-se com a complexidade da questão do financiamento autossuficiente do desenvolvimento nacional e da modernização das Forças Armadas Brasileiras baseado somente no capital nacional. Como resultado, Vargas apreciou a contribuição do capital estrangeiro, já que sem essa ajuda seria impraticável o desenvolvimento do país. Porém, procurou preservar o controle nacional nas decisões econômicas, levando o Brasil a isonomia com os países mais ricos e, ao final, não sendo um posicionamento político contraditório (CORSI, 1997, 2012).

Diante disso, a Alemanha nazista via comércio de compensação passou a prover máquinas, equipamentos e armas em troca de matérias-primas brasileiras, acenando para um eventual préstimo ao avanço da industrialização brasileira, sendo o alinhamento com o preço como efeito. Na mesma proporção, os Estados Unidos, ao procurar consolidar sua área de influência, teve como plano de ação incluir o Brasil em suas esferas políticas e econômicas por meio do pan-americanismo, peça-chave para conseguir a união das Américas sob sua liderança (CORSI, 2000).

Assim, a política externa brasileira durante a Era Vargas (1930-1945) foi condicionada por um projeto de desenvolvimento. Porém, cabe destacar que para o presidente Getúlio Vargas a adoção de posicionamentos nacionalistas não acarretava conflitos com os interesses externos ou o isolamento do Brasil, e sim, relações internacionais que respeitassem o interesse nacional brasileiro e sua posição no contexto internacional (CORSI, 1997).

Os conflitos gerados pelas questões econômicas estavam claramente presentes no processo decisório da política externa, uma vez que as diferentes concepções de política econômica tendiam a corresponder a alinhamentos preferenciais nas relações internacionais. O comércio exterior e os assuntos financeiros e industriais subordinavam-se a esses conflitos (MOURA, 1993, p. 179).

Considerando esse ambiente, um dos mais racionais pressupostos da tática de Vargas foi o de posicionar cuidadosamente o Brasil no plano internacional, com o objetivo de maximizar seus ganhos econômicos e militares. Dessa forma, ao se beneficiar das conjunturas interna e externa favoráveis e obter boa performance da política econômica de defesa, a sua política externa cumpriu o oportuno papel de instrumento para o projeto nacional desenvolvimentista brasileiro. Assim, a partir da década de 1930, a política externa e a política econômica do Estado brasileiro demonstraram coesão e complementaridade entre elas para o desenvolvimento nacional (LOCHERY, 2015; REISDOERFER e SARTI, 2017).

O projeto desenvolvimentista de Getúlio Vargas também incluía o reaparelhamento da Defesa Nacional, variável essa sujeitada ao objetivo maior do desenvolvimento, a expansão industrial. Para o presidente e os militares que o secretariavam, a segurança passava pela industrialização e esta pela implementação da grande siderurgia. Percebe-se, assim, que a guarnição de material bélico e vantagens políticas que a questão do conflito mundial veio a oportunizar foram tratados como acessórios da segurança nacional. A argumentação era que a defesa brasileira estava sendo preparada pelo desenvolvimento, ou seja, era ele que municionaria e forneceria os meios para a modernização da Força Aérea e da Marinha brasileira, por exemplo, (CERVO, 2008).

A ênfase no desenvolvimento econômico e, particularmente, industrial secundada abertamente pelo Exército e talvez ainda mais pela Marinha. O problema da siderurgia já fora objetivo de destaque em entrevista do general Leite de Castro, quando ministro da Guerra da revolução, em entrevista dada em março de 1931. Foram constantes durante os anos seguintes as manifestações em favor de uma indústria bélica nacional. [...] Com a aproximação da guerra, essa atividade cresceu substancialmente e envolveu não só Volta Redonda, de cuja negociação participaram intensamente dois oficiais do Exército, E. Macedo Soares e Sílvio Raulino, como a Fábrica Nacional de Motores, a fábrica de aviões em Lagoa Santa, além dos esforços com relação ao petróleo (CARVALHO, 1982, p.149).

Nesse sentido, a postura do governo Vargas foi coerente, dado o temor de uma possível agressão militar argentina às vésperas da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Durante a década de 1930 foi significativo a busca por parte da Argentina em expandir sua área de influência a partir do fortalecimento de suas Forças Armadas e de cultura política nacionalista. Assim, a questão da segurança nacional incorporou o discurso desenvolvimentista, em particular o investimento na siderurgia para o reequipamento das Forças Armadas Brasileiras (LOCHERY, 2015).

Em ambos os casos, entende-se que na elaboração de seu projeto nacional para o Brasil, tanto o nacional desenvolvimentismo quanto a política externa brasileira tiveram como propósito determinado para o presidente Getúlio Vargas (1930-1945) a neutralização de todos os fatores externos que poderiam limitar o poder nacional brasileiro ou servir de recurso análogo ao outro. Com esse desenho, a nova inserção internacional do Brasil foi garantida pelo desenvolvimento nacional (industrialização e modernização) e pelo fortalecimento das Forças Armadas (CLAVAL, 2004; CORSI, 1997; LOCHERY, 2015; REISDOERFER e SARTI, 2017).

3. Os objetivos próprios da política do Exército e da política exterior brasileira

O início do século XX se expressou por momentos e circunstâncias oportunos para a reflexão das novas orientações brasileiras no contexto hemisférico e no sistema internacional, sendo a geopolítica um objeto de curiosidade precoce nas universidades e nas Forças Armadas brasileiras. Os primeiros pensadores da escola geopolítica brasileira e lembrados no contexto da Segunda Guerra Mundial foram Delgado de Carvalho e Mário Travassos (CLAVAL, 2004):

Na Universidade, está ligada a Carlos Delgado de Carvalho e a Everardo Backhauser. Delgado de Carvalho provém de uma família ligada ao Império e exilada aquando da queda deste, embora tenha vivido sua juventude em França. É pouco por acaso que regressa ao Brasil, em 1906, para preparar uma tese da Escola de Ciências Políticas de Paris. Introduz na prática brasileira o estudo pormenorizado das realidades regionais, que se desenvolve então em França. No decurso dos anos 1920, Delgado de Carvalho segue de perto o desenvolvimento da geografia política e da geopolítica universitária no mundo ocidental. As concepções geopolíticas alemãs são introduzidas na mesma época por Everardo Backhauser. Que ensina na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, cuja *Estrutura do Brasil* é publicada em 1926 e a *Geopolítica do Brasil* em 1952. [...] Os Estados que formam a América do Sul podem entrar em conflito, como fizeram os da Europa. Os militares interessam-se, por isso, pela posição do seu país na América Latina e à forma de garantir a sua defesa externa. O general Mário Travassos redige trabalhos importantes neste domínio, em particular, *Projeção continental do Brasil* em 1938 (CLAVAL, 2004, p.192-193).

A reflexão prosperou rapidamente depois dos anos 1930. Prontamente, o governo de Getúlio Vargas compreendeu a matriz de zonas de confrontos possíveis na América Latina do general Mário Travassos e tudo fez para salvaguardar o Brasil das agressões que poderia ser fim. De modo concomitante, os Estados Unidos tinham preocupação com as divisões entre as nações latino-americanas e muito desses países experimentavam uma acentuada desconfiança mútua (CLAVAL, 2014; LOCHERY, 2015).

Para esses fins da política de segurança, Getúlio Vargas concebeu um núcleo de poder nacional com duas dimensões. A primeira, uma união entre diplomatas, militares e acadêmicos para formular e executar uma política de segurança. Já a segunda, uma parceria entre pesquisadores, industriais e militares na produção de meios de dissuasão e defesa, dos comuns aos projetos estratégicos que contraporiam o Brasil às potências militares (CERVO, 2008).

O general Góes Monteiro foi decisivo na década de 1930 para os assuntos militares e de política como um todo. As intenções de reforma no aparelho militar concebidas por ele não eram exclusivamente para o Exército, as mesmas significavam um projeto para a nação (SILVA, 2012).

Estas visavam um triplo objetivo: (a) introduzir nas Forças Armadas o sentido do interesse corporativo, portanto da sua especificidade institucional, de modo que ela não se pudesse mais a serviço das facções políticas em conflito, e não desempenhasse a função de uma “força pretoriana” ou “miliciania”; para tanto, o “monopólio das funções bélicas do poder estatal” era indispensável; (b) transformar as Forças Armadas, “órgão essencialmente político”, num instrumento de uma doutrina global de defesa nacional, tanto no plano interno como no externo, levando em conta todos os dados da vida econômica, social, política e cultural do país; e (c) criar as bases econômicas da defesa nacional por meio do desenvolvimento industrial; a consciência do papel estratégico da tecnologia tornou-se dominante nas Forças Armadas (SILVA, 2012, p. 340).

Em suma, para o general Góes Monteiro a política do Exército³ era a promoção da organização social com o efeito de maior serventia no desenvolvimento da segurança nacional. Para ele, o fortalecimento do Estado e da economia eram condições para a unidade e a independência da nação brasileira (convergindo com os propósitos do presidente Vargas), sendo o interesse pela economia parte considerável nas mudanças iniciadas na instituição. Em outras palavras, para ele, havia um vínculo entre potência militar e potência industrial através de um Estado forte e centralizado (SILVA, 2012).

Os princípios básicos do projeto político e militar do general Góes Monteiro eram a chamada “Política da Guerra”, na qual defende a preparação do Estado brasileiro para o possível conflito internacional, os “Problemas do Exército” que levariam as reformas que a instituição necessitava e a “questão da Segurança nacional prima sobre tudo o mais”, baseada na lição da Missão Militar Francesa de escolha do adversário mais provável, “a mais poderosa nação sul americana” e garantir a supremacia nacional. Assim, num quadro de conflagração internacional, as circunstâncias poderiam nos beneficiar a depender do nosso posicionamento em favor de uma das potências beligerantes. No entanto, essa ponderação seria verdadeira se o Brasil não fosse atacado pelo mar pelas fronteiras terrestres (BRETAS, 2008).

³ “A política do exército é a preparação para a guerra, e esta preparação interessa e envolve todas as manifestações e atividades da vida nacional, no campo material – no que se refere à economia, à produção e aos recursos de toda a natureza – e no campo moral, sobretudo no que concerne à educação do povo e à formação de uma mentalidade que sobreponha a tudo os interesses da pátria, suprimindo, quanto possível, o individualismo ou qualquer outra espécie de particularismo” (Góes Monteiro, [s.d.], p.163 *apud* SILVA, 2012, p.341).

Assim, sob influência da doutrina Góes Monteiro, o Brasil durante os anos 1937 e 1945 desenvolveu a sua economia de defesa, aumentando e fortalecendo sua infraestrutura nacional para fomentar a indústria nacional e a fabricação de novos armamentos, indispensável para a segurança nacional e modernização das Forças Armadas. Nas diretrizes do general, a criação de uma indústria nacional de petróleo e de aço faziam parte do programa militar do governo Vargas. No caso do aço, foi o engenheiro militar coronel Edmundo de Macedo que liderou as tratativas com o governo estadunidense para a constituição da Siderurgia Nacional (REISDOERFER e SARTI, 2017).

De fato, ao longo da década de 1930, o projeto nacional de Getúlio Vargas e a política do Exército cumpriram o papel de reforço ideológico para justificar a industrialização e o lugar do Brasil no mundo. Porém, eliminar completamente as profundas alterações que ocorreram no plano das relações internacionais não foi possível. Logo, a política externa brasileira do primeiro governo Vargas (1930-1945) não pôde ser dissociada do contexto da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) (D'ARAÚJO, 2000).

As relações internacionais algumas vezes concentram-se na ordem política outras vezes na ordem econômica, generalizando uma relação dicotômica entre elas, motivando críticas no campo das teorias de relações internacionais. Assim, o estudo de Gerson Moura (1980, p.37) toma a política externa brasileira às vésperas do conflito como “o resultado da conjugação das *conjunturas* políticas mais imediatas, tanto internas como externas, dentro dos condicionamentos *estruturais* mais amplos, que dizem respeito à totalidade do campo capitalista e o lugar que nele ocupa o país em estudo”.

O capitalismo da primeira metade do século XX se tipificou pela competição por hegemonias, refletindo o fenômeno do imperialismo no cenário da política internacional. Todavia, a posição do presidente Getúlio Vargas às vésperas da guerra não era de alinhamento com nenhuma potência imperialista (MOURA, 1980).

Adjunto, as relações internacionais segue o raciocínio de ser uma área onde os Estados reproduzem seus interesses e objetivos no plano internacional, sendo o objetivo último a sobrevivência ou a satisfação das ambições de seus membros. Para isso, a política exterior se viabiliza como um instrumento na condução das relações de um Estado com os outros, ou seja, sua projeção para o exterior, a partir da ação estatal e dos elementos de conflito e interesse condicionantes dessa ação (OLIVEIRA, 2005).

A escola realista, por exemplo, interpreta que tanto o poder quanto a potência estratégica são usados pelos governos com o efeito de “secundar” seus interesses econômicos. Sendo adequado, a política exterior do governo Vargas corroborou o vínculo entre a política de segurança e o desenvolvimento, de maneira a conquistar os meios para que esse ocorresse (CERVO, 2008).

À vista disso, o Estado brasileiro empenhou-se na transformação das bases econômicas e sociais do país, um elemento que foi desalinhado da política externa durante o Império (1822-1889) e a República Velha (1889-1930). A partir de Vargas (1930-1945), a busca pelo desenvolvimento do país tornou-se um dos elementos mais pronunciados da identidade internacional brasileira do período, deduzindo a definição de política externa de Russell (1990 *apud* OLIVEIRA, 2005, p.5) “como a área particular da ação política dos governos, abrangendo três dimensões analiticamente separáveis: político-diplomática, militar-estratégica e econômica” (SANTOS, 2014).

Com a primeira presidência de Vargas, a política externa brasileira efetuou-se pragmaticamente, em outras palavras, renunciou a suas aspirações liberais e igualitárias e concebeu um novo modo de relações comerciais internacionais, direção essa que assumiu um importante papel na política externa global do Itamaraty. Ao mesmo tempo, adotou uma personalidade pan-americanista⁴ posto que o Brasil possui uma fronteira comum com quase todos os países da América do Sul e não poderia desconsiderar as questões que se apresentavam no continente (SEITENFUS, 1985).

De forma essencial, a política pan-americanista dos primeiros anos da Era Vargas designou-se pela participação brasileira em todas as conferências pan-americanas, juntamente com uma diplomacia de mediação em relação aos conflitos entre os países da região e um desenvolvimento das relações com a Argentina. No que corresponde as conferências pan-americanas, o Brasil prestou uma política de mediação e de *entente*, pronunciando-se como um mediador entre os Estados Unidos e os países latino-americanos, sendo essa a marca da política pan-americana do Ministério de Relações Exteriores durante o Governo Provisório (1930-1934) do presidente Getúlio Vargas (SEITENFUS, 1985).

⁴ “Esta deve ser compreendida em um sentido amplo e não somente no quadro restrito traçado pelas diferentes conferências pan-americanas” (SEITENFUS, 1985, p.63).

No contexto regional, a atuação brasileira foi de posicionamento conciliador na presença de conflitos territoriais na área sul-americana. O governo de Getúlio Vargas ofereceu, por meio do chanceler Afrânio de Melo Franco⁵, os bons ofícios para o reatamento diplomático entre Peru e Uruguai. Com tal característica, o governo brasileiro também adotou uma atitude mediadora na Guerra do Chaco envolvendo Bolívia e Paraguai e na Questão da Letícia entre Colômbia e Peru (CERVO e BUENO, 2008).

Na sub-região platina, o posicionamento do presidente Getúlio Vargas para as relações Brasil-Argentina foi de manutenção do equilíbrio de forças e do *status quo* territorial da região. Em relação a esse período, a rivalidade militar entre as duas nações apresentou melhoras até 1936-1937 com o estímulo de ambos os ministérios das relações exteriores em viabilizar visitas recíprocas entre os dois governos. Todavia, as disputas por poderio e por influência por parte dos militares brasileiros e argentinos corroboraram para uma desconfiança mútua e uma rivalidade acentuada na segunda metade dos anos 1930 (SEITENFUS, 1985).

No curso do contexto em que se dá a política externa brasileira de 1935 a 1942, a América Latina converteu-se em cenário de uma disputa política e ideológica, personalizada em uma guerra comercial, entre dois “sistemas de poder” concorrentes no sistema internacional: Estados Unidos e Alemanha. Desse jeito, seja por motivos de natureza econômica, como por exemplo o fornecimento de produtos primários, seja por finalidades estratégicas de alinhamento, o Brasil foi ambicionado. Consequentemente, o governo do presidente Getúlio Vargas teve seus limites de tomada de decisão e de ação alargados por essa disputa (MOURA, 1980).

No entanto, os antagonismos gerados pelos assuntos econômicos associou-se ao processo decisório da política externa brasileira, em consequência das divergentes concepções de política econômica e alinhamentos preferenciais na conjuntura internacional. Para mais, questões militares como aquisição de armamentos estabelecia relações com fornecedores, logo, decisões políticas (MOURA, 1993).

Por isso, Gerson Moura (1980) compreende que as decisões de política externa brasileira tomadas nessa data foram respostas às dinâmicas da conjuntura política doméstica:

⁵ Foi ministro das Relações Exteriores de 1930 a 1934. Por conta de sua atuação nas negociações referentes a esses conflitos, teria seu nome indicado para o Prêmio Nobel da Paz em 1935; não obteria, contudo, a premiação (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2019).

Nesta, por sua vez, ocorre uma completa divisão, tanto nas instâncias centrais quanto nas instâncias inferiores de decisão, e a política externa reflete essa indefinição da luta política (que não se deve atribuir à “ambiguidade de Getúlio Vargas”), apresentando-se ela própria como uma política de indefinições, ou de *equidistância pragmática* entre os centros hegemônicos emergentes. Essa equidistância não deve, porém, ser visualizada como uma trajetória retilínea, mas como aproximações alternadas e simultâneas a um e outro centro. É necessário, contudo, estabelecer nuances: essa política equidistante, fruto da própria indefinição na luta política interna, ocorre enquanto os “sistemas de poder” rivais possuem uma capacidade semelhante de acesso ao aliado potencial (MOURA, 1980, p. 63).

A questão mais urgente foi idealizar a melhor forma de alinhar a política externa brasileira de modo a potencializar os possíveis ganhos. Tanto o presidente Getúlio Vargas quanto o ministro de Relações Exteriores Oswaldo Aranha entendiam que o plano pré-guerra de ambiguidade e equidistância com os Estados Unidos e a Alemanha em favor da economia nacional seria indefensável a médio e longo prazo. Para Aranha, o Brasil precisava se posicionar no jogo internacional com prudência e ao mesmo tempo ter a convicção do que precisa e deseja do conflito, já que esse influenciaria nos resultados regionais e internacionais ambicionados pelo Estado brasileiro (LOCHERY, 2015).

Nesse sentido, com base em Lafer (1987 *apud* OLIVEIRA, 2005), a harmonia dos desejos nacionais com as possibilidades internacionais, isto é, o projeto de inserção de um Estado no sistema internacional, é empreendido em três conjunturas: estratégico-militar, relações econômicas e valores. O primeiro relaciona-se com o significado (presente ou futuro) que um Estado tem para o outro. Compete as relações econômicas a importância de mercado que um país tem para os outros. E no que concerne o campo dos valores, tem-se a influência de um país como modelo mais ou menos a fim de vida em sociedade. De mais a mais, essas atuações acontecem em três contextos diplomáticos também distintos: no ambiente das grandes potências que buscam estabelecer seus parâmetros na ordem mundial; no enquadramento regional resultante do inter-relacionamento dos países que compartilham a mesma área geográfica e no contexto contíguo com os países que compartilham fronteiras (OLIVEIRA, 2005).

4. A diplomacia do governo Vargas e o processo decisório

A partir da diferenciação analítica entre estrutura e processo, Russell (1990 *apud* OLIVEIRA, 2005) assimila a tomada de decisão em política externa como sendo a estrutura constituída por atores governamentais domésticos que tem o conhecimento processual de comprometer os recursos e dificultar a reversão da decisão tomada. Já o processo da tomada de decisões refere-se a dinâmica decisória com atores governamentais e não governamentais, domésticos e internacionais, a partir de incentivos nos dois níveis (OLIVEIRA, 2005).

Com o desaparecimento do equilíbrio de poder provindo do Concerto Europeu, verificou-se no período entreguerras a formação de novos sistemas de poder que procuravam tornar maior suas áreas de influência. Desse modo, sob os efeitos às vésperas da Segunda Guerra Mundial, o sistema internacional foi definido por uma disputa entre dois polos de poder em gestação: Estados Unidos e Alemanha (OLIVEIRA, 2005).

Nesse contexto internacional, a região da América Latina foi disputada política e ideologicamente pelas potências por meio de uma guerra comercial, ao mesmo tempo que se expressou no campo político regional governos autoritários e nacionais-econômicos. Cabe enfatizar, porém, que diante dessas novas definições ideológicas, as afinidades de ideologia ou políticas econômicas semelhantes, que tendiam a ser vistas prontamente como alinhamentos políticos no cenário internacional, não poderiam ser pariformes (MOURA, 2012).

Na perspectiva de Moura (1980) a política externa brasileira durante a Era Vargas teve duas fases dessemelhantes. A primeira em que a paridade entre os sistemas de poder nascentes comprometeu as conjunturas políticas com os posicionamentos e explicações às dinâmicas internas. Já a segunda fase refere-se à modificação estrutural que limitou a capacidade do governo brasileiro em manter a equidistância pragmática.

Moura (1980) ao avançar na discussão, aponta que a política externa do Brasil foi implementada em uma conjugação específica de fatores estruturais e conjunturais que levou o autor a conceituar o comportamento internacional do Estado varguista como de *autonomia na dependência*. Assim, sobre esse aspecto, a política externa do presidente Getúlio Vargas, foi fortemente ingerida por fatores domésticos, como a indefinição entre os setores tradicionais e modernos, e fatores externos que remetiam aos Estados Unidos e a Alemanha:

Conflitos quando a questões econômicas estavam claramente presentes no processo de tomada de decisões da política externa, já que as diferentes concepções de política econômica tendiam a corresponder com alinhamentos preferenciais nos negócios internacionais. Assuntos financeiros, industriais e de comércio exterior estavam todos eles sujeitos a tais conflitos. Além disso, assuntos militares como a compra ou reposição de armamentos e munições, vigilância das fronteiras, estudos estratégicos e o treinamento das Forças Armadas eram claramente ligados a fornecedores estrangeiros e *know-how* estrangeiro, e envolviam decisões políticas (MOURA, 2012, p. 50-51).

Conforme Danese (2017), a solução das questões territoriais e o distanciamento brasileiro na Liga das Nações em 1926 negaram o controle do conhecimento técnico para a política externa brasileira, cuja atuação até o momento se mostrava indispensável. Dessa forma, conforme o autor, a política externa brasileira teve seu domínio compartilhado com outros órgãos do governo como a Fazenda, os ministérios militares e a área de infraestrutura. Há, igualmente, atribuições que foram do presidente da República como por exemplo a diplomacia econômica e comercial, a diplomacia da integração física com os vizinhos, a diplomacia das alianças militares, a guerra entre países vizinhos e nesse particular, a Segunda Guerra Mundial.

No período em que se situa o governo constitucional do presidente Getúlio Vargas (1934-1937), as decisões de interesse nacional tomadas pelo poder executivo tinham que ser homologadas pelo poder legislativo. Depois do golpe de 1937, ao longo do Estado Novo (1937-1945), o processo de tomada de decisão foi limitado e concentrado a alguns órgãos estatais de alto nível, que não obstante das dinâmicas internas e internacional refletiam as divisões entre posicionamentos liberais e nacionalista, ou pró-Eixo e pró-EUA (MOURA, 2012).

Notadamente, a diplomacia pessoal praticada pelo presidente Getúlio Vargas foi exteriorizada no plano internacional por meio de sua já conhecida “sensibilidade política” no plano interno para auferir seus objetivos políticos e administrativos. Complementarmente, o enorme poder que foi centralizado em suas mãos favoreceu sua condução direta em questões que envolviam também a sua sobrevivência política. Nesse sentido, o governo de Getúlio Vargas associou duas perspectivas que culminaram em um fortalecimento inédito da figura do chefe do Executivo nacional: a concentração de poder no presidente da República e a integração de questões econômicas e de política doméstica nas relações exteriores brasileira (DANESE, 2017).

Em outros termos dessa perspectiva, o estrangulamento das classes decisórias junto com as acentuadas divisões políticas nas estruturas burocráticas do aparato governamental conceberam ao presidente Getúlio Vargas a função de “juiz supremo das relações exteriores”. Ou seja, em muitas vezes, na prática a palavra final foi de Vargas (MOURA, 2012).

Com o seu poder viabilizado por um explícito esquema militar, foi essencial para o presidente Getúlio Vargas uma devida atenção à dimensão internacional das Forças Armadas brasileiras, sobretudo à questão do reequipamento militar. Por conseguinte, as questões militares da época estavam intrinsecamente ligadas a questões políticas da Era Vargas (DANESE, 2017; MOURA, 2012).

Nesse aspecto, podem-se mencionar as figuras do general Eurico Dutra, ministro da Guerra, e do general Góes Monteiro, chefe do Estado-Maior do Exército. Tanto Dutra quanto Monteiro ingressaram na vida pública por meio de seu envolvimento na Revolução de 1930, sendo leais a Getúlio Vargas e os responsáveis no âmbito militar pelo golpe de Estado de 1937. Os dois de modo sabido tinham identidade pró-eixo e advogavam o aparelhamento do exército brasileiro via comércio de trocas com os alemães, que imaginavam ser a potência vitoriosa pós-guerra em razão da máquina de guerra que a Alemanha constituiu (MOURA, 2012).

No entanto, no período anterior à Segunda Guerra Mundial, a política externa nacional é caracterizada pela irresolução das opções brasileiras no sistema internacional no que tange uma inclinação para uma das potências emergentes, já que o presidente Getúlio Vargas permanecia à margem do conflito. Todavia, a nomeação em março do ano de 1938 de Oswaldo Aranha para a chefia do Ministério das Relações Exteriores, onde permaneceu até agosto de 1944, consumou uma guinada da política externa brasileira (CERVO e BUENO, 2008; SEITENFUS, 1985).

No âmbito político, Aranha era apontado como líder da Revolução de 1930. Durante o Governo Provisório (1930-1934) integrou o gabinete do presidente Vargas como ministro da Justiça e ministro da Fazenda, e em 1934 foi nomeado embaixador do Brasil em Washington, onde logrou uma posição de notoriedade entre o governo estadunidense. No entanto, Oswaldo Aranha dissentia em relação a condução do Estado Novo, daí sua demissão do posto diplomático e afastamento do cenário político (CERVO e BUENO, 2008; MOURA, 2012).

Sem embargo, Oswaldo Aranha aderiu ao novo regime varguista depois do comprometimento do presidente Getúlio Vargas em “deixar-lhe as mãos inteiramente livres nas questões externas” (SEITENFUS, 1985, p.429). A nomeação de Aranha como chanceler afetou a balança de poder do governo Vargas, compensando o poder militar à época. Para mais, o novo chefe do Itamaraty causou agrado e satisfação para as forças anti-Eixo, como o presidente Roosevelt, dos Estados Unidos, com quem Oswaldo Aranha nutria boas relações e simpatia recíproca. Em vista disso, o chanceler tornou-se o opositor mais categórico da ala pró-totalitária da administração Vargas e do próprio Eixo (MOURA, 2012; SEITENFUS, 1985).

O antagonismo entre o ministro da Guerra Eurico Dutra e o ministro das Relações Exteriores Oswaldo Aranha foi “uma pedra no sapato do regime de Vargas”, particularmente nos assuntos que tangia à geopolítica brasileira. A hostilidade mútua entre eles transcendia uma simples disputa pelo poder ou um choque de personalidades, visto que os dois ministros de Estado tinham entendimentos dispares no que se referia ao lugar do Brasil em um ordenamento internacional cada vez mais polarizado. Por exemplo, Oswaldo Aranha, defensor das democracias, partilhava opinião que esse tipo de governo venceria a guerra contra os Estados fascistas. Por esse motivo, o chanceler abraçava uma aproximação brasileira com os Estados Unidos, considerados por ele como aliado natural e parceiro do Brasil. De outro ponto de vista, Eurico Dutra, simpatizante de uma Alemanha nazista e entusiasta da capacidade militar de Hitler, esteve empenhado em desenvolver laços militares e econômicos com Berlim (LOCHERY, 2015).

O governo Vargas procurou manobrar entre a Alemanha e os Estados Unidos, tirando proveito das oportunidades que se abriam com o acirramento dos conflitos internacionais (MOURA, 1980). Procurava articular, ao mesmo tempo, a participação de capital alemão e norte-americano no processo de desenvolvimento, sem comprometer-se firmemente com nenhum deles, mas também sem conseguir atraí-los efetivamente. Esses problemas e as divergências no interior do governo e das classes dominantes quanto aos rumos da economia e das alianças externas só foram encaminhados quando o conflito entre as potências evoluiu para um conflito aberto (CORSI, 2012, p.241).

Os primeiros meses do ano de 1939 foram um período de incertezas. Inicialmente, as decorrências da Missão Aranha não precisaram manifestadamente o enquadramento do Brasil na política externa do governo Roosevelt, apesar de indicar uma mudança de tendência do governo americano e uma primeira inflexão da equidistância pragmática do governo Vargas. No entanto, no plano desenvolvimentista de Vargas, a Missão Aranha aparece na

historiografia brasileira como a primeira postura do governo na busca de capital estrangeiro para o projeto de desenvolvimento nacional, sinalizando as dificuldades para um desenvolvimento mais autônomo. Além do mais, a conjuntura observada no quadro internacional às vésperas das Segunda Guerra motivava apreensão nas autoridades brasileiras com a possibilidade de de um conflito para fora do continente europeu (CERVO e BUENO, 2008; CORSI, 2012; MOURA, 1980).

Em 29 de junho de 1939 Oswaldo Aranha expôs à visão do presidente Getúlio Vargas sua ideia de neutralidade brasileira frente as hostilidades, mesmo antevendo os problemas que o Brasil teria em se manter neutro no cenário de guerra generalizada. Para o chanceler, na eventualidade de um conflito de duração curta, o triunfo seria por terra e qualquer um dos lados poderia ter sucesso, no entanto em uma guerra mais duradoura a vantagem seria do lado que controla os mares, e para ele a “supremacia naval definitiva” era das democracias (CORSI, 2012).

Tanto para o presidente Getúlio Vargas quanto para o chanceler Oswaldo Aranha o artifício da ambiguidade e da equidistância brasileira durante a guerra, isto é, o estreitamento de compromissos com os Estados Unidos e com a Alemanha em conveniência para a economia nacional, seria presumidamente insustentável à médio e longo prazo (LOCHERY, 2015). Para Aranha “o Brasil precisa se posicionar com cuidado, e temos que ter a certeza de sermos claros no que precisamos e desejamos da guerra, o que, sem dúvida, terá consequências regionais e internacionais para o país” (LOCHERY, 2015, p.56).

Sem demora, em julho de 1939, o Conselho de Segurança Nacional⁶ em uma reunião extraordinária sob o comando do presidente Getúlio Vargas deliberou que em caso de guerra o Brasil praticaria uma postura de neutralidade (MOURA, 1993). Para Moura (1993, p.177) essa escolha que supostamente indicava uma concordância de ideias entre o altão escalão da administração que compreendia o conselho na prática “era o resultado de uma divisão profunda na cúpula do governo Vargas acerca de qual seria a melhor aliança para o Brasil no final dos anos 30”.

Conforme Moura (1993) a neutralidade brasileira na presença do conflito na Europa entre 1939 e 1941 foi subvencionada por três aspectos. O primeiro foi a neutralidade de

⁶ Pelo Decreto nº 7, de 3 de agosto de 1934, o Conselho de Defesa Nacional passou a chamar-se Conselho Superior de Segurança Nacional. O órgão teria suas funções reguladas em lei e seria presidido pelo presidente da República, tendo ainda como membros os ministros de Estado, o chefe do Estado-Maior do Exército e o chefe do Estado-Maior da Armada (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2019).

Washington que em termos mais didáticos foi definida para si e para todo continente americano. O segundo motivo foi a convicção da ala militar do governo de que o Brasil não estaria organizado para as consequências de uma guerra. E por último, o evidente quadro de divisão político entre Estado e sociedade em relação à mais adequada aliança externa para o país (MOURA, 1993)

Nota-se, no entanto, os interesses e inclinações políticas sobre a procedência do arsenal bélico que o Brasil carecia comprar para a defesa nacional. De um lado, o presidente Getúlio Vargas pretendia desconsiderar os provedores europeus ao mesmo tempo que o chefe interino do Estado-Maior do Exército, o general Francisco José Pinto, priorizava a compra do armamento estadunidense. Do outro, o ministro da Guerra Eurico Dutra tencionava obtê-los da Alemanha e o ministro da Marinha Aristides Guilhen prosseguia dedicado aos provedores britânicos. Como efeito, o Conselho de Segurança Nacional considerou seguir com a política de compra na Europa. Dessa forma, a viabilidade de barganha é discutida enquanto os sistemas de poder rivais manifestam condições análogas de acesso as áreas em disputa (MOURA, 1993; OLIVEIRA, 2005).

O início do conflito na Europa estabeleceu uma sequência de vitórias da Alemanha. Logo, com os resultados desfavoráveis para os Aliados, o presidente Getúlio Vargas considerou que era tempo de precisar ao governo estadunidense que o Brasil não poderia ser desconsiderado e que as indispensabilidades de seu parceiro comercial não deveriam ser largadas. Por isso, se os Estados Unidos tencionassem a impossibilitar a ingerência alemã no Estado brasileiro precisaria desenvolver alguma política para viabilizar o programa de modernização brasileiro proposto por Vargas. Por outra forma, o presidente Getúlio Vargas subordinou a solidariedade brasileira aos aliados à modernização do exército brasileiro e ao financiamento da indústria nacional (LOCHERY, 2015; PINHEIRO, 1995).

Contudo, para Seitenfus (1985), a atuação da Alemanha no Brasil prejudicou-se com o início da Segunda Guerra Mundial, bastando ao governo de Hitler salvaguardar a neutralidade Brasileira e da América Latina no conflito já começado:

A partir de então, resta à diplomacia alemã apenas manter boas relações pessoais com os dirigentes brasileiros mais receptivos. Entre estes, Pruffer considera o chefe das Forças Armadas, Góis Monteiro, como sendo o apoio mais seguro da política alemã, na medida em que se trata de um homem influente: “a amizade de Góis Monteiro é muito importante para a manutenção da neutralidade brasileira” (SEITENFUS, 1985, p. 275).

Para Pinheiro (1995) até o ano de 1940 não se tem a imprecisão de que o Estado brasileiro ainda se sustentava em uma posição de equidistância entre os Estados Unidos e Alemanha. No entanto, o bloqueio à navegação alemã imposto pela marinha britânica reprimiu a presença alemã no Brasil e encolheu a ação comercial da Alemanha na América Latina. Em contrapartida, o “problema insolúvel” dos Estados Unidos, nesse sentido o comércio de compensação entre o Brasil e a Alemanha, foi elucidado pelo Reino Unido e assegurou uma maior margem de manobra para o governo estadunidense (OLIVEIRA, 2005; MOURA, 1980).

No processo de aproximação do Brasil com os Estados Unidos, o governo de Getúlio Vargas demandou a Washington armamentos para o exército brasileiro evidenciando a indispensabilidade do arsenal estadunidense na defesa nacional brasileira, como por exemplo em um circunstancial ataque argentino. Em 29 de outubro de 1940 foi elaborada a Minuta Góes Monteiro⁷ que reiterou que os Estados Unidos se juntariam as forças brasileira na defesa do território brasileiro apenas se o Estado brasileiro fosse agredido em tempo anterior da evolução da defesa brasileira (LOCHERY, 2015).

No entanto, a questão do comércio das armas estadunidenses e seus encadeamentos para o Exército Brasileiro desapontaram o general Góes Monteiro e o ministro da Guerra Eurico Dutra. Todavia, o general Monteiro consentia que se um país do continente americano fosse atacado por um país não americano, o Brasil daria seu consentimento para que as forças estadunidenses operassem nas instalações navais e bases aéreas brasileiras para defronte (LOCHERY, 2015).

Apesar dessa disposição de cooperar com o governo dos Estados Unidos, o chefe das Forças Armadas Góis Monteiro tinha como intenção principal e imediata opor-se à Argentina. Nesse sentido, salienta-se que as relações entre os Estados Unidos e o Brasil não progrediram na velocidade que o governo estadunidense expectava. Esse quadro torna-se compreensível dada a mútua desconfiança que evidenciava as relações entre as lideranças militares brasileiras e estadunidenses, que de modo consequente chegava aos setores civis (LOCHERY, 2015; SEITENFUS, 1985).

⁷ “A Minuta Góes Monteiro tornou-se base para um acordo entre os Exércitos dos Estados Unidos e do Brasil assinado em 24 de julho de 1941 no Rio de Janeiro pelo ministro da Guerra brasileiro, Eurico Dutra, e pelo general de brigada americano, Lehman W. Miller” (LOCHERY, 2015, p. 83).

Contudo, o valor estratégico de um relacionamento convergente com o Brasil foi imprescindível para os aliados. Nos Estados Unidos não se podia contestar que o governo argentino era simpatizante do Eixo e da Alemanha nazista, por isso, o Brasil, que é “outro gigante da América Latina” e um “concorrente natural da Argentina”, foi uma alternativa racional com o intuito de constituir um sistema de poder estadunidense nas Américas (LOCHERY, 2015; MOURA, 1980).

À vista disso, a disposição do governo do presidente Roosevelt em financiar a siderúrgica na cidade de Volta Redonda, no Rio de Janeiro, conferiu aos Estados Unidos o avanço necessário para conquistar o apoio brasileiro (MOURA, 1980):

Retomaram-se as negociações sobre a siderurgia, agora em termos de propriedade e controle estatal, mediante financiamento do Exibank e tecnologia de empresas privadas dos EUA. Em setembro de 1940 assinaram-se os acordos de financiamento e nos dois anos seguintes o governo de Roosevelt facilitou a produção e o transporte do equipamento necessário à instalação da planta siderúrgica de Volta Redonda (OLIVEIRA, 2005, p.49).

Logo, para Moura (1980) o rompimento da equidistância na política externa brasileira foi consequência do completo reequipamento econômico e militar do Brasil, ou seja, os principais ganhos do exercício da equidistância pragmática não vão ocorrer durante sua vigência, mas, exatamente, no momento de seu rompimento (OLIVEIRA, 2005).

Se, por um lado, a guerra aumentou a polarização absoluta tornando a neutralidade difícil para os países pequenos, por outro lado, dava inesperada importância a alguns deles em virtude de sua situação política, econômica e estratégica. Este foi exatamente o caso do Brasil na década de 40. Durante o processo de abertura relativa dos anos 30, o Brasil jogou com a equidistância pragmática face às grandes potências. A guerra pôs fim a esse jogo e forçou os políticos brasileiros a definir suas posições com clareza. Em contrapartida, eles cedem, se tornaram conscientes da importância do Brasil para o esforço de guerra americano, uma circunstância que magnificou a capacidade de negociação do Brasil em suas relações internacionais (OLIVEIRA, 2005, p.49).

5. O contexto regional e seus reflexos diplomáticos

A grande inquietação do alto-comando do governo de Getúlio Vargas no que se refere ao preparo brasileiro para a Segunda Guerra Mundial foi iniciada pelo temor de que a Argentina articulasse uma campanha belicosa contra o Brasil, seu rival meridional, oportunizada pelas indefinições causadas pela expansão da guerra. Além disso, era previsto e

aguardado tanto pelo presidente Getúlio Vargas e pelo chanceler Oswaldo Aranha o envolvimento dos Estados Unidos no conflito mundial, contudo, ambos não calcularam que essa conjuntura ocorresse antes do Brasil se municiar e ser capaz de se salvaguardar contra alguma escalada que pudesse ocorrer na América Latina por efeito do comprometimento estadunidense no conflito (LOCHERY, 2015).

Para Fausto e Devoto (2004) as relações internacionais do Brasil e da Argentina reside em uma “dupla via com ligações entre si” produzida pelos papéis desempenhados no contexto internacional e pela posição de cada um dos países no continente americano, sobretudo no Cone Sul. Nesse sentido, a organização do Estado nacional e da sua defesa, bem como as projeções de caráter estratégico do Brasil e da Argentina a época, apresentaram-se como objetivo do estabelecimento e consolidação de suas posições de supremacia no subcontinente americano. Em sua essência, a rivalidade regional balizou as forças históricas e determinou o padrão de conduta dos governos nas relações entre eles (CERVO, 2008; SILVEIRA, 1996).

Do ponto de vista ideológico, a rivalidade encontrará explicação e justificação modernas na importação de teorias geopolíticas elaboradas nos principais centros hegemônicos capitalistas no contexto das disputas internacionais no período 1880-1945. Na Argentina, essa importação ideológica constituirá originalmente a escola geopolítica de Estanislau Zeballos; no Brasil, o pensamento geopolítico surgirá nos anos 20, com Everardo Backeuser e Delgado de Carvalho, assumindo feição mais acabada com Mário Travassos, nos anos 30, em *Projeção Continental do Brasil*. Em ambos os países os meios militares repercutem mais intensa e sistematicamente o pensamento geopolítico, transpondo seus conteúdos gerais para o plano específico da organização estratégica, a curto e longo prazo (SILVEIRA, 1996, p. 180).

Nessas circunstâncias, a rivalidade entre o Brasil e a Argentina foi um objeto constante nas conjecturas e estimativas do governo do presidente Getúlio Vargas no que se dizia respeito à política externa brasileira, sendo que já no ano de 1930 um equilíbrio de forças na região do Cone Sul foi perseguido. Esse ponto foi um dos fundamentos para o governo Vargas estabelecer a questão do reequipamento das Forças Armadas como uma das prioridades do Estado brasileiro já que a Argentina durante toda a década de 1930 realizou compras expressivas de material bélico (PAVANELLI, 2013).

Concomitantemente a essas medidas, verificou-se no plano internacional as decorrências da crise econômica de 1929, à intensificação dos conflitos estratégicos e comerciais entre os Estados hegemônicos que foram seguidos pelo desenvolvimento de novas tecnologias bélicas e de um novo conceito de guerra já percebido na Primeira Guerra Mundial

(1914-1918). Por isso, apesar de findada a Guerra do Chaco e da cordialidade com a Argentina, o medo e o receio de um conflito que demandasse a ação militar no Brasil não foi eliminado completamente em razão da situação internacional que se tornava cada vez mais perigosa (BANDEIRA, 2003; SILVEIRA, 1996).

Como já se mencionou, tanto para o Brasil quanto para a Argentina, especialmente para suas esferas militares, a eventualidade de uma grande guerra sul-americana teve suas oportunidades ampliadas e a reação dos governos foi a de modernizar suas Forças Armadas e de se preparar estrategicamente para uma “guerra moderna”. Ademais, a partir da revolução de outubro no Brasil e pelo movimento de setembro na Argentina, ambos ocorridos no ano de 1930, o alto escalão militar das duas nações foi integrado nas respectivas esferas de decisão do Estado (SILVEIRA, 1996).

Com efeito, a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) colocou o Brasil e a Argentina em dilemas semelhantes: os dois países tiveram que suportar fortes pressões internacionais entre os anos de 1940 e 1941. Todavia, o governo do presidente Getúlio Vargas, que aguentou as pressões estadunidenses em 1939 declarando neutralidade⁸ no conflito internacional, sucumbiu partidariamente aos Estados Unidos. Igualmente estratégica foi a política de neutralidade da Argentina empreendida até o rompimento com os países do Eixo em 1944. Assim, em consequência dos diferentes posicionamentos internacionais do Brasil e da Argentina, os dois países sul-americanos se posicionaram de modo paradoxal na Conferência Pan-Americana do Rio de Janeiro em 1942 (FAUSTO e DEVOTO, 2004).

O governo brasileiro declarou sua entrada formal na Segunda Guerra Mundial em meados de 1942 e em seguida sua ruptura com os países do Eixo, renunciando a sua política de equidistância pragmática. Em consequência dessas iniciativas o presidente Getúlio Vargas cedeu a base militar de Natal aos Estados Unidos e enviou uma força expedicionária para combater nas fronteiras italianas no ano de 1944 (FAUSTO e DEVOTO, 2004).

Ao retomar o caráter fundamental da redefinição das relações com os Estados Unidos, Fausto e Devoto (2004) argumentam que a opção definida pelo presidente Getúlio Vargas

⁸ Para Moura (1993, p.187) “a neutralidade constitui uma “quase impossibilidade” nas guerras globais contemporâneas, sobrevivendo apenas em certas situações como funções dos interesses dos próprios beligerantes. Para o autor a neutralidade brasileira entre 1939 e 1941 foi subvencionada por três condições: (1) a neutralidade dos Estados Unidos que estabeleceram para si próprios e para o continente americano a disposição de ficar fora do conflito europeu, (2) o convencimento da cúpula militar brasileira de que o país não estava preparado para enfrentar as consequências da guerra e (3) a divisão política entre o Estado e a sociedade em relação à melhor aliança externa para o Brasil”.

evidenciava simultaneamente sua estratégia política e seu faro político, visto que o alinhamento com os Aliados se processou no ápice dos feitos dos países do Eixo no teatro da guerra. Cumpre ainda lembrar que essa escolha desagradou o ministro Dutra e o general Góes Monteiro.

Segundo Gerson Moura (1993):

Os eventos mais importantes que afetaram o processo decisório da política externa brasileira em 1942 foram os seguintes: a Conferência do Rio de Janeiro (janeiro), na qual o Brasil rompeu relações com as potências do Eixo; a missão do ministro da Fazenda Souza Costa a Washington (fevereiro/março), durante a qual foram assinados acordos militares e econômicos com o governo norte-americano; o acordo secreto político-militar com os EUA (maio), que estabeleceu a criação de duas comissões mistas militares para planejar a defesa do território brasileiro; e a declaração de guerra contra a Alemanha e a Itália (agosto), depois que cinco navios mercantes brasileiros foram colocados a pique (MOURA, 1993, p. 184).

Esta decisão separou o Brasil politicamente da Argentina, já que Buenos Aires não tinha obrigações em declarar guerra ou romper relações com o Eixo. Assinala-se, então, suas motivações prevalecentes em manter-se inteiramente neutro⁹ ao conflito internacional como por exemplo suas exportações para países da Europa, entre eles a Grã-Bretanha e a Alemanha que nessa mesma linha convergiam. Além das razões citadas mencionadas, pode-se assinalar o fato de a Argentina ter uma sociedade essencialmente dividida principalmente nos assuntos políticos e militares (BANDEIRA, 2003; FAUSTO e DEVOTO, 2004).

Apesar da relação privilegiada de Buenos Aires com a Grã-Bretanha, não foi constatado na Argentina um impulso à industrialização pariforme com a transformação produtiva e o desenvolvimento industrial que acontecia no Brasil no tocante, derivado das relações especiais com os Estados Unidos. Além disso, a neutralidade da Argentina fez com que os Estados Unidos sancionasse ações de coerção econômica, política e militar ao país e justificava o aprofundamento das relações estadunidenses com o Brasil. (CANDEAS, 2017).

Esse posicionamento dos Estados Unidos partiu do pressuposto de Washington de que ao declinar suprimentos bélicos à Argentina e destiná-los em maior quantidade ao Brasil, sob a fórmula de empréstimo e arrendamento (*land-lease*), poderiam encorajar as Forças Armadas Argentinas a constranger o governo a substituir a política externa do país ou até mesmo a promoverem um golpe de Estado. Da ótica estadunidense, o fortalecimento das forças

⁹ “O conceito argentino de neutralidade é polivalente, prestando-se a várias interpretações, conforme inclinação ideológica: pacifismo, não ingerência, apoio subliminar ao Eixo ou interesse de comércio simultâneo com todos os beligerantes” (CANDEAS, 2017, p.195).

militares brasileiras era também um meio de intimidar e coagir a Argentina que se encontrava apreensiva com a falta de provimentos bélicos, em consequência da inexperiência britânica em municar (BANDEIRA, 2003).

Dentro desse quadro, por parte do próprio presidente dos Estados Unidos Franklin Roosevelt, de seu secretário de Estado Cordell Hull e do almirante Jonas H. Ingram, deram-se as possibilidades de se promover um bloqueio no Rio da Prata e um bombardeio estratégico na capital Buenos Aires. No caso específico da esquadra do Atlântico Sul, composta por navios brasileiros e estadunidenses, a disposição de Washington não era apenas o de demonstração de forças dos Estados Unidos, e sim intimidar a Argentina de modo a antecipar um conflito armado, levando as forças brasileiras a invadirem o país vizinho (BANDEIRA, 2003; CANDEAS, 2017).

De qualquer forma, a possibilidade de um bloqueio com uma intervenção militar sequente na Argentina fundava-se no apoio brasileiro e o consentimento da Grã-Bretanha. Todavia, tanto o presidente brasileiro Getúlio Vargas quando o Ministro das Relações Exteriores Oswaldo Aranha desaprovavam e condenavam iniciativas belicosas ou provocativas contra a Argentina que levariam a um antagonismo brasileiro com o seu vizinho na região, ao mesmo tempo que o general Góes Monteiro considerava inevitável que o governo brasileiro tomasse medidas sensatas na possibilidade de ter que intervir na Bacia do Prata (BANDEIRA, 2003).

Nesse sentido, o presidente Getúlio Vargas se demonstrava preocupado com as consequências da progressiva atuação dos Estados Unidos no Brasil. Para Lochery (2015), o presidente Vargas encarava a ingerência do governo estadunidense nos assuntos nacionais como um mal necessário, apesar disso, tinha inseguranças ao ponto a que isso chegaria. Mesmo com toda as pressões vindas de Washington, o governo brasileiro continuou resolutivo no posicionamento de não atacar a Argentina, já que na avaliação de Vargas o Brasil não devia se hostilizar com os países vizinhos, em especial a Argentina, mesmo que ele entendesse que a solidariedade com os EUA não significava uma “posição de emergência” imposta pela guerra (BANDEIRA, 2003).

De qualquer modo, o Brasil não podia valer-se da política dos Estados Unidos *vis-à-vis* da Argentina por razões econômicas e políticas. Dentro desse espectro, o intercâmbio comercial entre o Brasil e a Argentina se tornava cada vez mais dependentes, já que os vizinhos eram o terceiro maior cliente de cada um. Em segundo, o governo brasileiro não

queria favorecer um precedente que pudesse ser disposto contra o próprio Brasil. Essa estratégia também tinha o assentimento das Forças Armadas, que apesar de sua doutrina apontar a Argentina como o principal oponente brasileiro na América do Sul, não consentia com uma política frontalmente hostil ao país vizinho (BANDEIRA, 2003; LOCHERY, 2015).

É dentro desse momento em que o Brasil se empenhava em ocupar seu próprio espaço no contexto internacional, apontado por amplos setores do governo Vargas como um papel de proeminência na América do Sul e de destaque no mundo, que o país deixou de ser um teatro potencial da Segunda Guerra Mundial, já que a coalização anglo-americana logrou com efeito a invasão no norte do continente africano. Dessa forma, o risco de uma invasão em terras brasileiras foi suprimida, enfraquecendo as circunstâncias brasileiras na aliança com os Estados Unidos já que o Brasil voltaria a ser um fornecedor de material estratégico e suporte das forças aliadas para o front de batalha (PAVANELLI, 2013).

Como aponta Lochery (2015), o Brasil teve a angústia de virar um figurante no conflito internacional caso não conseguisse novas formas de contribuir com a causa aliada. Nesse sentido, o presidente Getúlio Vargas e o chanceler Oswaldo Aranha compreendiam que o Brasil pós-guerra seria produto de uma equação elementar: “o que você ofereceu ao entrar = o que você receberá ao sair”. Nada obstante, uma combinação de acontecimentos na política da região sul-americana com a implicação da Argentina se mostrou vantajosa para o Brasil (LOCHERY, 2015; PAVANELLI, 2013).

Em junho de 1943, um conjunto denominado “*Grupo de Oficiales Unidos*” (GOU), grupo de oficiais do exército argentino, com uma orientação nacionalista e favorável a um regime autoritário, derrubou o governo de Castillo, deixando a presidência ao general Ramirez. Tal acontecimento, aliado ao golpe militar na Bolívia, liderado pelo general Villaroel, fizeram com que os Estados Unidos ficassem mais preocupados com a política sul-americana. Para o governo do Rio de Janeiro e de Washington, o golpe na Bolívia foi largamente influenciado pela Argentina. Segundo Gerson Moura (1991, p.35), “a percepção americana era de que o equilíbrio político no continente se alterava substancialmente com a coalização boliviana-argentina, em detrimento dos interesses norte-americanos (PAVANELLI, 2013, p.35).

Interessava aos Estados Unidos que o Brasil estivesse militarmente preparado para os acontecimentos políticos na Argentina e em toda a América do Sul, não apenas para defender o Estado brasileiro, como também a própria região e os países vizinhos agredidos. Entretanto, o presidente Vargas, em documento datado de 10 de outubro de 1944 e classificado como secreto, disse que não pretendia agredir a vizinha Argentina, porém admitiu que o Brasil

precisava estar preparado para se defender como a qualquer outro país vizinho, principalmente as pequenas nações limítrofes como a Bolívia, o Paraguai e o Uruguai (PAVANELLI, 2013).

Nota-se, no entanto, que após a renúncia do Secretário de Estado estadunidense Hull no ano de 1944, houve uma desopressão por parte dos Estados Unidos sobre a Argentina. Ao mesmo tempo, uma concordância dos países vizinhos ao reingresso argentino no concerto hemisférico. Apesar disso, esse divergente posicionamento da Argentina em comparação ao Brasil diante do cenário de guerra permitiu, na compreensão de suas elites, uma conveniência e vantagem para a aliança instituída entre os governos brasileiro e estadunidense (CANDEAS, 2017; FAUSTO e DEVOTO, 2004).

Assim, constata-se que em consequência de determinantes de ordem global e regional os anos 1930 foram encarados como um enquadramento de singular exacerbação da rivalidade Brasil e Argentina. Esse fato expressou-se nas projeções de um país no outro e de um provável e natural conflito militar na América do Sul com os dois vizinhos em lados opostos. Como consequência, pode-se resumir que em razão da Segunda Guerra Mundial e o posicionamento da Argentina durante o conflito, o Brasil saiu da guerra como o principal aliado dos Estados Unidos no continente americano (FAUSTO e DEVOTO, 2004; SILVEIRA, 1996).

Além das considerações acima colocadas, é interessante observar que o fim da Segunda Guerra foi decisivo para alterar o *status quo* da América do Sul ao oportunizar para o Brasil uma importância maior na hierarquia de poder do subcontinente, ou seja, o posto de nação dominante da região. Sendo evidente que mesmo com a existência de hipóteses de possíveis guerras, fundamentadas na proposição de uma persistente rivalidade bilateral Brasil-Argentina, a profissionalização e a modernização das Forças Armadas do Brasil durante o confronto internacional, logo uma superioridade militar, possibilitou uma relativa tranquilidade brasileira em relação à sua segurança no âmbito regional (LOCHERY, 2015; SILVEIRA, 1996).

6. Considerações finais

Compreende-se ao fim deste trabalho que a política externa brasileira durante a Era Vargas (1930-1945) logrou de modo inegável sua agenda política: a modernização e a transformação do Brasil na principal força econômica, militar e política da região sul-americana. Historicamente, constata-se que o primeiro governo do presidente Getúlio Vargas mudou as estruturas produtivas do Brasil com os propósitos de suplantar os problemas sociais e econômicos do país e projetar uma melhor posição do Estado brasileiro na comunidade internacional. Assim, como instrumento de ação política, a política externa buscou às vésperas da Segunda Guerra Mundial os meios para a efetivação do projeto desenvolvimentista de Vargas que resultou na modernização das Forças Armadas brasileiras e na Usina Siderúrgica Nacional.

Com a liderança do presidente Getúlio Vargas, a política externa permitiu ao Brasil desempenhar um papel como ator pragmático e com soberania para influir sobre outros países, ou seja, se apresentando como uma potência regional internacional, tendo como agenda decisiva a inserção brasileira no sistema interamericano. Sendo assim, a atuação do Brasil no quadro geopolítico entre os anos 1930 e 1945 é justificada pela neutralização dos elementos externos que poderiam enquadrar e reprimir o poder nacional do país.

De outro lado, o objetivo comum de modernizar o Brasil foi, sobretudo nos momentos de desenvolvimento da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), conduzido por antagonismos decorrentes das divergentes concepções econômicas e políticas presentes no processo decisório da política externa do governo de Getúlio Vargas. Nesse sentido, enfatiza-se a manifesta ligação das questões militares com as ações políticas, partilhada por Vargas na condução da equidistância pragmática na década de 1930 e na neutralidade inicial ao conflito internacional.

Todavia, os processos históricos assistidos no Brasil e na Argentina às vésperas da Segunda Guerra Mundial chamam a atenção para os ganhos que levaram o Brasil a superar o país vizinho no pós-guerra. Observando essa questão, assimila-se a atuação dos Estados Unidos na América do Sul, não obstante de suas motivações imperialistas na região, como justificativa à modernização militar e à industrialização brasileira negociadas pelo presidente

Getúlio Vargas e pelo ministro de Relações Exteriores Oswaldo Aranha com Washington, ambos preocupados com as aspirações regionais do país vizinho.

Politicamente, os elementos de conflito e de interesse presentes no governo do presidente Getúlio Vargas (1930-1945) conduziram a um processo doméstico e internacional que levou o Brasil a participar da Segunda Guerra Mundial e a se aliar formalmente com os Estados Unidos. No entanto, para melhor compreensão do posicionamento brasileiro na política mundial pós-Segunda Guerra, retoma-se os objetivos alcançados pelo Brasil em termos materiais manifestados a partir da consolidação de sua superioridade na América do Sul em substituição da Argentina que antes do conflito foi considerada o país mais importante do subcontinente, do melhoramento de suas Forças Armadas e da criação de um complexo industrial militar para fins estratégicos e econômicos.

Referências bibliográficas

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Brasil, Argentina e Estados Unidos: da Tríplice Aliança ao Mercosul 1870-2003**. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003. 688 p.

BRETAS, Marcos Luiz. O general Góes Monteiro: a formulação de um projeto para o Exército. **Militares e Política**, Rio de Janeiro, n. 2, p.31-61, janeiro/julho. 2008

CANDEAS, Alessandro. **A integração Brasil-Argentina: História de uma ideia na "visão do outro"**. 2. ed. Brasília: Funag, 2017. 389 p.

CARVALHO, José Murilo de. Forças Armadas e Política, 1930-1945. In: REINER, Lúcio et al (Ed.). **A Revolução de 30: Seminário Internacional**. Brasília: Universidade de Brasília, 1982. p. 107-265

CERVO, Amado Luiz. **Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. 297 p

_____, Amado Luiz. Industrialização com abertura do processo produtivo: 1930-89. **Diplomacia, Estratégia e Política/Projeto Raúl Prebisch**, Brasília, n. 10, p.81-87, outubro/dezembro 2009.

_____, Amado Luiz. **O Brasil e a América do Sul**. Brasília: Thesaurus, 2009. 16 p.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. 3. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2008. 560 p.

CLAVAL, Paul. **A construção do Brasil: uma grande potência em emergência**. Lisboa: Instituto Piaget, 2004. 140 p. Tradução de Duarte Pacheco Souza.

CORSI, Francisco Luiz. **Estado Novo: Política externa e projeto nacional**. 1997. 1 v. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

_____, Francisco Luiz. Entre dois blocos: a política externa independente e os impasses do desenvolvimento. In: CORSI, Francisco Luiz. **Estado Novo: Política externa e projeto nacional**. São Paulo: Unesp: Fapesp, 2000. p. 51-90

_____, Francisco Luiz. O projeto de desenvolvimento de Vargas, a Missão Oswaldo Aranha e os rumos da economia brasileira. In: BASTOS, Paulo Zahluth; FONSECA, Cezar Dutra (Org.). **A Era Vargas: Desenvolvimentismo, economia e sociedade**. São Paulo: Unesp, 2012. p. 2019-252

D'ARAÚJO, Maria Celina. **O Estado Novo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

DANESE, Sérgio. **Diplomacia presidencial: História e crítica**. 2. ed. Brasília: Funag, 2017. 641 p.

FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando J. **Brasil e Argentina: Um ensaio de história comparada (1850-2002)**. São Paulo: 34, 2004. 576 p.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, CPDOC (Org.). Conselho de Segurança Nacional. Disponível em: <http://www.fgv.br/CPDOC/ACERVO/dicionarios/verbete-tematico/conselho-de-seguranca-nacional-csn>. Acesso em: 15 de maio 2019

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, CPDOC (Org.). **A Era Vargas: dos anos 20 a 1945**: Afrânio de Melo Franco. Fonte: Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/afranio_de_melo_franco>. Acesso em: 13 maio 2019.

LEOPOLDI, Maria Antonieta P. Estratégias de ação empresarial em conjunturas de mudança política. In: PANDOLFI, Dulce. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 115-134.

LOCHERY, Neill. **Brasil: os frutos da guerra**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015. 356 p. Tradução de Lourdes Sette.

MOURA, Gerson. **Autonomia na dependência: A Política Externa Brasileira de 1935 a 1942**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. 195 p.

_____, Gerson. Neutralidade dependente: o caso do Brasil, 1939-1942. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 12, p.177-189, 1993.

_____, Gerson. **Relações Exteriores do Brasil 1939-1950: Mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial**. Brasília: Funag, 2012. 277 p.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. **Política Externa Brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2005. 291 p.

PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. 345 p.

PAVANELLI, Thiago Augusto Malvestio. Brasil e Argentina: a política externa do Estado Novo e o Projeto Desenvolvimentista. **Ponto e Vírgula**, São Paulo, n. 13, p.137-160, jan./jul. 2013.

PINHEIRO, Leticia. A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. **Revista USP**, São Paulo, p.108-119, jun. 1995.

REISDOERFER, Bruna Rohr; SARTI, Josiane Simão. As relações entre política externa e economia de defesa no Estado Novo (1937-1945). **Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v. 8, n. 44, p.40-55, out./nov. 2017.

SANTOS, Luís Claudio Villafañe G. **A América do Sul no discurso diplomático brasileiro**. Brasília: Funag, 2014. 247 p.

SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. **O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos, 1930-1942**: o processo de envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985. 488 p.

SILVA, Lígia Osório. A "política do Exército" no primeiro Governo Vargas: 1930-1945. In: BASTOS, Paulo Zahluth; FONSECA, Cezar Dutra (Org.). **A Era Vargas: Desenvolvimentismo, economia e sociedade**. São Paulo: Unesp, 2012. p. 323-360.

SILVEIRA, Hélder Gordim. Brasil e Argentina: a guerra sul-americana nas projeções da razão estratégica (1933-35). **Biblos**, Rio Grande, p.179-182. 1996.